



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS

As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$

Apêndices — anual, 600\$

Preço avulso — por página, \$50.

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUMÁRIO

Conselho da Revolução:

Decreto-Lei n.º 168/73:

Estabelece os dias de licença que o pessoal militar tem direito por ocasião do falecimento de alguns parentes e aquando do seu casamento.

Presidência do Conselho de Ministros:

Declaração:

De ter sido rectificado o despacho que regula a forma de cálculo dos subsídios a atribuir aos fabricantes de adubos, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 1976.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna:

Despacho conjunto regulamentar:

Toma medidas respeitantes ao recenseamento dos cidadãos civis ou militares que estarão embarcados durante todo o prazo do recenseamento eleitoral, não podendo assinar os respectivos verbetes de inscrição, e dos cidadãos que, privados de ambas as mãos por qualquer impossibilidade física, não podem assiná-los nem neles apor a impressão digital.

Ministérios da Administração Interna e das Finanças:

Decreto-Lei n.º 139/76:

Fixa os vencimentos dos vice-primeiros-ministros e a sua retroactividade.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 118/76:

Aumenta o quadro do pessoal do Tribunal da Comarca de Loures.

Portaria n.º 119/76:

Manda aumentar com um lugar de primeiro-ajudante o quadro do pessoal auxiliar da Conservatória do Registo Civil da Feira.

Ministério da Agricultura e Pescas:

Decreto-Lei n.º 170/76:

Cria uma comissão que tem em vista a coordenação e execução das acções a desenvolver no âmbito dos serviços da floresta.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público terem os Governos do Iraque e dos Barbados depositado os instrumentos de participação no Protocolo que prorroga de novo a Convenção do Comércio do Trigo, 1971.

Nota. — Foi publicado um 3.º suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 223, de 26 de Setembro de 1975, inserindo o seguinte:

Ministérios da Administração Interna e da Justiça:

Decreto-Lei n.º 536-A/75:

Introduz alterações no Código Administrativo.

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 536-B/75:

Cria, no Ministério das Finanças, a Secretaria de Estado dos Investimentos Públicos e o cargo de Subsecretário de Estado dos Investimentos Públicos e extingue a Secretaria de Estado das Finanças.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Estado-Maior da Força Aérea

Decreto-Lei n.º 168/76

de 2 de Março

Considerando que o Decreto-Lei n.º 49 031, de 27 de Maio de 1969, prevê que os funcionários civis do Estado possam faltar ao serviço um determinado número de dias por ocasião de falecimento de alguns parentes e quando do seu casamento;

Considerando ser conveniente tornar tal procedimento extensivo ao pessoal militar, uniformizando-o nos três ramos das forças armadas;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os militares têm direito a licença até quatro dias seguidos por motivo de falecimento de cônjuge ou de parente ou afim no 1.º grau da linha

recta e até dois dias em caso do falecimento de parente ou afim em qualquer outro grau da linha recta e no 2.º e 3.º graus da linha colateral.

2. O militar nestas condições deve, imediatamente, comunicar o facto ao comando da unidade a que pertence ou, se tal não for possível, à autoridade militar ou policial mais próxima, indicando onde permanece durante a licença.

3. A prova do direito usufruído deve ser feita no acto de apresentação na unidade.

Art. 2.º — 1. Os militares têm direito a licença até seis dias seguidos por motivo de casamento, a qual lhe será concedida se não houver inconveniente para o serviço.

2. O militar nestas condições deve comunicar o facto ao respectivo comandante ou chefe com uma antecedência mínima de dez dias.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério do Comércio Interno, o despacho que regula a forma de cálculo dos subsídios a atribuir aos fabricantes de adubos, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 1976, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte divergência, que assim se rectifica:

No final do quadro 1, consta uma observação com a seguinte redacção:

(a) Por 1000 l.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Fevereiro de 1976. — O Secretário-Geral, *Manuel Roque*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho conjunto regulamentar

1 — O Decreto-Lei n.º 25-A/76, de 25 de Janeiro, disciplinador do recenseamento eleitoral para 1976, prescreve o princípio da universalidade do recenseamento, acrescentando ser não só direito, mas também dever, de todo o cidadão com capacidade eleitoral verificar se está inscrito ou promover a sua inscrição.

2 — Porém, iniciado o prazo do recenseamento, hipóteses práticas surgiram a que é necessário atender, a fim de salvaguardar, tanto quanto possível, aquele desiderato legal.

É o caso, concretamente, dos cidadãos civis ou militares que estarão embarcados durante todo o prazo do recenseamento, e que fazem dessa situação o seu

modo de vida, não podendo, por aquele motivo, assinar os respectivos verbetes de inscrição, e o dos cidadãos que, privados de ambas as mãos por qualquer impossibilidade física, não podem assiná-los nem apor neles a impressão digital.

3 — Nestas hipóteses, devem as comissões de recenseamento aceitar os respectivos verbetes quando devidamente preenchidos e embora não assinados pelo cidadão a inscrever, desde que estejam assinados pelo cidadão apresentante nos termos legais e sejam acompanhados de:

1) Documento certificativo da sua situação de embarcado durante todo o prazo do recenseamento e passado:

a) No caso dos embarcados civis, pela companhia armadora do navio em que se encontre o cidadão a inscrever;

b) No caso dos embarcados militares, pelo departamento militar respectivo;

2) Atestado médico comprovativo dessa impossibilidade para os cidadãos titulares da impossibilidade física referida.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna, 12 de Fevereiro de 1976. — O Primeiro-Ministro, *José Baptista Pinheiro de Azevedo*. — O Ministro da Administração Interna, *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa*.



MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 169/76

de 2 de Março

Considerando que a Lei n.º 10/75, de 7 de Agosto, ao criar os cargos de vice-primeiros-ministros, nada refere acerca da respectiva remuneração;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A retribuição mensal correspondente aos cargos de vice-primeiros-ministros, criados pela Lei n.º 10/75, de 7 de Agosto, será a atribuída por lei ao de Ministro.

Art. 2.º Os encargos emergentes da publicação do presente diploma serão liquidados pela verba de despesas de anos findos do orçamento de Encargos Gerais da Nação para 1976, independentemente do cumprimento de quaisquer formalidades.

Art. 3.º O presente diploma produz efeitos desde 7 de Agosto de 1975.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *José Baptista Pinheiro de Azevedo* — *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa* — *Francisco Salgado Zenha*.

Promulgado em 25 de Fevereiro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Portaria n.º 118/76

de 2 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, nos termos do artigo 251.º, n.º 2, do Estatuto Judiciário, que o quadro do Tribunal da Comarca de Loures seja aumentado com dois lugares de ajudante de escrivão.

Ministério da Justiça, 4 de Fevereiro de 1976. — O Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, *Armando Bacelar*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 119/76

de 2 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, que, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, seja aumentado com um lugar de primeiro-ajudante o quadro do pessoal auxiliar da Conservatória do Registo Civil da Feira.

Ministério da Justiça, 13 de Fevereiro de 1976. — O Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, *Armando Bacelar*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

SECRETARIA DE ESTADO DO FOMENTO AGRÁRIO

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Decreto-Lei n.º 170/76

de 2 de Março

É do conhecimento geral ter sido o património florestal do País duramente atingido durante a última época estival por ampla vaga de incêndios, que, sobretudo no norte do Tejo, causaram substanciais prejuízos, morais e materiais, a carecerem de medidas urgentes de intervenção.

Bastará recordar terem sido devastados mais de 80 000 ha de povoamentos — quase em exclusivo pinhais —, interessando um volume de perto de 3 milhões de metros cúbicos de material lenhoso comercializável, dos quais cerca de 2 milhões pertencem a pequenos e médios proprietários.

Considerando a rápida deterioração do material afectado quando mantido em pé e o risco de infestação dos povoamentos florestais pelas pragas que aí se desenvolvem, há que proceder ao corte, descasque e colocação em estaleiro desse material o mais tardar até fins do próximo Inverno.

Por outro lado, a grave crise de estagnação que o sector das madeiras e seus produtos atravessa, tanto a nível interno como externo, originou a acumulação

de elevados *stocks* em qualquer das indústrias utilizadoras do material lenhoso, paralisando parcialmente a actividade dos empresários de corte de árvores.

Impõe-se deste modo uma intervenção estatal rápida, conjugada e realista, incidindo prioritariamente na extracção e parqueamento dos salvados das zonas atingidas pelos incêndios através da criação de novos estaleiros estrategicamente colocados em relação às manchas florestais atingidas ou, preferentemente, pelo aproveitamento da rede dos estaleiros já existente.

Como as actividades sectoriais se encontram descapitalizadas, impõe-se o recurso ao financiamento estatal para se poder operar a liquidação do material lenhoso até aos estaleiros, devendo os créditos ser reembolsados após o seu escoamento.

A actividade dos estaleiros é regulamentada de forma a conseguir-se a necessária operacionalidade, utilizando todos os meios e agentes disponíveis, e a preparar-se uma base que, no futuro, venha a facilitar uma mais correcta comercialização das madeiras destinadas ao abastecimento industrial.

Nesta intervenção para o aproveitamento dos salvados florestais procura-se, na medida do possível, eliminar as peias burocráticas impeditivas de actuação urgente e eficiente que o problema exige.

Esta acção deverá, posteriormente, ser seguida pela promoção adequada de medidas de rearboreização das áreas queimadas em moldes técnicos que assegurem a reconstituição das florestas, com as necessárias infra-estruturas de apoio e defesa e que serão objecto de legislação independente.

Tendo em vista a coordenação e execução das acções a desenvolver no âmbito dos salvados da floresta, é criada uma comissão paritária constituída por representantes da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Fundo de Fomento Florestal e Instituto dos Produtos Florestais.

A essa comissão conferem-se amplos poderes de gestão — única forma de se poderem assumir todas as responsabilidades na resolução dos problemas —, bem como de mobilização dos recursos técnicos e humanos entendidos por necessários.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada uma comissão com o objectivo de coordenar e promover as medidas necessárias para retirar dos pinhais o arvoredo afectado pelos incêndios ocorridos até 30 de Setembro de 1975.

Art. 2.º A comissão é composta por seis membros, representando paritariamente a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, o Instituto dos Produtos Florestais e o Fundo de Fomento Florestal, para o efeito nomeados por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas, sob proposta dos respectivos organismos.

Art. 3.º Compete, nomeadamente, à comissão:

- a) Fomentar e controlar o sistema através do qual se efectue a extracção e pagamento de todo o material lenhoso afectado;
- b) Providenciar o escoamento desse material lenhoso extraído para os canais de consumo (intermédio ou final) mais convenientes.

Art. 4.º — 1. Para a stockagem do material lenhoso extraído, a comissão poderá utilizar os estaleiros ou entrepostos já existentes nas zonas afectadas pelos incêndios ou, eventualmente, fora delas, se tal vier a justificar-se.

2. A comissão, em qualquer tempo, pode criar outros locais de stockagem de modo a garantir a capacidade de armazenamento suficiente a todo o material extraído.

Art. 5.º As entidades proprietárias dos locais de stockagem funcionarão como fiéis depositárias do material lenhoso recepcionado até ao momento da sua venda, altura em que se transfere para o comprador essa responsabilidade.

Art. 6.º Os encargos de manutenção e funcionamento dos locais de stockagem serão objecto de acordo a estabelecer directamente entre os respectivos proprietários e a comissão, competindo a esta responsabilidade do seguro contra incêndio, bem como a execução de eventuais tratamentos sanitários.

Art. 7.º Todos os locais de stockagem abrangidos pelo sistema obrigam-se a receber, até ao limite da capacidade para o efeito convencionado com a comissão, a rolaria e toragem de pinho sem casca provenientes de cortes exclusivamente realizados em pinhais afectados pelos incêndios, à excepção do material muito danificado pelo fogo ou pelas pragas florestais, o qual será recepcionado em locais especiais a indicar pela comissão.

Art. 8.º A compra à produção e a entrega no local de stockagem de qualquer lote da rolaria ou toragem referidas no artigo anterior têm de ser obrigatoriamente formalizadas em impresso próprio (manifesto de compra), donde constem as assinaturas de todos os intervenientes, designadamente produtor e empresário de corte, bem como os preços praticados.

Art. 9.º — 1. É concedido um financiamento até ao valor máximo de 450 000 000\$, a contrair pelo Fundo de Fomento Florestal no sistema bancário sob orientação do Banco de Portugal, para a cobertura dos encargos resultantes do pagamento da rolaria e toragem de pinho, entregues descascadas e empilhadas nos locais de stockagem, e de outras despesas a realizar para a consecução dos objectivos propostos.

2. Da verba acima indicada é concedido o quantitativo de 150 000 000\$ a fundo perdido para a cobertura dos encargos referentes à deterioração do material, juros, seguros e de outras despesas administrativas.

3. Serão reforçadas em 150 000 000\$ por ano as verbas do orçamento do Fundo de Fomento Florestal nos anos de 1976, 1977 e 1978, com vista à efectivação da amortização dos encargos assumidos junto do sistema bancário, verbas estas que terão contrapartida, no todo ou em parte, nas receitas provenientes das vendas do material lenhoso realizadas em cada um daqueles anos pelos fiéis depositários e depositadas no sistema bancário à ordem do Fundo de Fomento Florestal.

Art. 10.º A rolaria e toragem de pinho recepcionadas são pagas ao preço único de 320\$ por cada estere descascado, empilhado pelo fornecedor e medido no próprio local de stockagem, independentemente da sua especificação e grau de qualidade, tendo,

porém, de constituir, obrigatoriamente, lotes homogêneos em qualidade e bitola.

Art. 11.º — 1. O fiel depositário, após recepção e medição da rolaria e toragem, verificação do «manifesto de compra», entregará à entidade fornecedora recibo comprovativo do material recebido.

2. O recibo referido no n.º 1 será pagável na entidade bancária suporte do financiamento, após confirmação do fiel depositário.

Art. 12.º A recepção do material lenhoso abrangido pelo presente diploma terminará no dia 31 de Março de 1976.

Art. 13.º Os empresários de corte de árvores (ou entidade equivalente) ficam obrigados a liquidar ao produtor o material lenhoso adquirido, no prazo máximo de uma semana após terem recebido da entidade bancária a importância relativa à rolaria ou toragem adquiridas a esse produtor e entregues no local de stockagem.

Art. 14.º O não cumprimento, por parte dos empresários de corte de árvores (ou entidades equivalentes), dos deveres e obrigações emergentes do artigo anterior levará ao imediato cancelamento da sua actividade, quando exercida no âmbito deste decreto-lei.

Art. 15.º Para a execução do presente diploma a comissão poderá mobilizar os meios que entender necessários, utilizando o financiamento para o efeito, por cheques assinados por dois elementos da comissão, através da entidade bancária suporte do financiamento.

Art. 16.º As dúvidas suscitadas pela aplicação deste diploma serão esclarecidas por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas.

Art. 17.º Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *José Baptista Pinheiro de Azevedo* — *Francisco Salgado Zenha* — *António Poppe Lopes Cardoso*.

Promulgado em 20 de Fevereiro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, de harmonia com informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, os Governos abaixo indicados depositaram os seus instrumentos de participação no Protocolo que prorroga de novo a Convenção do Comércio do Trigo, 1971:

Iraque — depósito do instrumento de ratificação em 4 de Dezembro de 1975;

Barbados — depósito do instrumento de adesão em 28 de Novembro de 1975.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 10 de Fevereiro de 1976. — O Adjunto do Director-Geral, *Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga*.